

A NARRATIVA HISTÓRICA: REVELAÇÃO E ENGANO

César Henrique Guazzelli e Sousa*

RESUMO

Nas últimas quatro décadas, a historiografia tem privilegiado o estabelecimento de diálogos com a antropologia, a teoria literária, a hermenêutica e alguns campos da semiologia ao discutir o estatuto da história como campo específico do saber e a natureza das verdades que ela produz. Esses diálogos trouxeram grandes avanços, mas limitaram o debate a um espaço específico e tautológico, que busca dar conta das diferentes interações entre história e Narrativa, ora assumindo o ofício do historiador como produtor de ficções controladas que fazem as vezes do pretérito, ora relativizando tal assunção ao distinguir a narrativa literária - comprometida com o verossímil - e a narrativa histórica - comprometida com o verdadeiro. O presente trabalho busca, a partir da análise de obras canônicas no campo da história e narrativa, utilizar os conceitos de ceticismo, dogmatismo e criticismo derivados da teoria do conhecimento de Johannes Hessen para delimitar o lugar epistemológico em que se inserem as abordagens de Leopold Von Ranke, Hayden White, Roland Barthes, Paul Ricoeur, Michel de Certeau e Michel Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: História, Narrativa, Teoria do Conhecimento, Epistemologia.

ABSTRACT

In the last four decades, historiography has privileged the establishment of dialogues with anthropology, literary theory, hermeneutics and some fields of semiology when discussing the location of history as an specific field of knowledge and the nature of the postulates that historians produce. Those dialogues brought great advances but limited the debate to an specific and tautological space that aims at solving the questions posed by the interations between history and narrative, either assuming the historian's role as a producer of controlled fictions presented as the past itself or relativizing this assumption by distinguishing the literary narrative – committed to the verisimilarity – from the historical narrative – committed to the truth. Thus, the present work attempts to use the concepts of skepticism, dogmatism and criticism borrowed from the theory of knowledge by Johannes Hessen to clarify the epistemological place in which Leopold Von Ranke, Hayden White, Roland Barthes, Paul Ricoeur, Michel de Certeau and Michel Foucault are inserted.

KEYWORDS: History, narrative, theory of knowledge, epistemology.

* Mestrando em História pela PUC-GO. Bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Introdução

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as noções então cristalizadas de objetividade, imparcialidade e neutralidade ligadas às ciências e aos veículos de informação passaram a ser duramente questionadas. A separação entre sujeito e objeto, pressupondo-se que o primeiro apreende o segundo integralmente - valendo-se simultaneamente do entendimento e dos sentidos – foi colocada em xeque, em uma inversão que se radicalizou a partir da década de 1970, produzindo na historiografia a denominada “virada linguística”. Assim, as posições dogmáticas então prevalentes passaram a conviver com um forte ceticismo epistemológico, definindo o teor dos debates que se estabeleceram nas décadas seguintes.

O Historicismo de Ranke e o Dogmatismo Epistemológico

Por dogmatismo entende-se a posição epistemológica para a qual o problema do conhecimento não existe, pois este é auto-evidente. A possibilidade do contato entre sujeito e objeto é simplesmente pressuposta. Fica óbvio, para os dogmáticos, que o ser cognoscente apreende aquilo que está diante dele tal como é. Esse ponto de vista se sustenta em uma confiança na razão humana que não foi acometida por nenhuma dúvida (HESSEN, 2000). Na ciência, a aproximação com essa corrente é marcada pelo positivismo e o verificacionismo do Círculo de Viena. Dentro da filosofia, o dogmatismo ocorre de forma mais radical entre os pré-socráticos, encontrando reverberações mais amenas nos sistemas metafísicos do século XVII. Na história, sua persistência temporal é maior, passando por Heródoto, Maquiavel, Michelet e Ranke.

O legado do historicismo de Ranke e Droysen (segunda metade do século XIX), muitas vezes tachado de forma inadvertida como ‘positivista’, se concentra na emancipação da história como disciplina autônoma, através de um esforço de sistematização da disciplina como ciência. Essa ciência histórica, ao se estabelecer como disciplina específica, buscava demarcar-se nitidamente em oposição à filosofia da história. O progresso assegurado pela pesquisa histórica empírica deveria se distinguir

das tentativas da filosofia da história em delimitar o âmbito da experiência histórica a critérios racionais universais, metafísicos. Os historiadores viram nas teorias filosóficas da evolução temporal uma ligação inadmissível da pesquisa histórica com pontos de vista restritivos. (RANKE, 2010).

Nesse movimento de emancipação em relação à filosofia da história, acompanhado por outro – de distinção entre explicação (positivista) e compreensão (historicista) – é que a ciência histórica do século XIX se consolidou. Entretanto, a pretensão científica fez com que os historicistas se alinhassem a uma perspectiva empírica de equivalência entre passado e história, o que abriu a possibilidade de construção científica do passado tal qual ele foi (a possibilidade do desvelamento do pretérito como verdade). Remetendo ao indutivismo de Bacon e Stuart Mill, Ranke (2010: 207) defendeu que “o próprio fenômeno, em e por si mesmo, será elevado à História por causa do seu conteúdo – mais importante: será salvo”.

Esta característica destacadamente dogmática, em que o passado é tomado como uma entidade palpável e passível de compreensão desde que o historiador lance mão de procedimentos metodológicos adequados (escolha dos documentos ‘verdadeiros’ por meio da crítica das fontes, análise hermenêutica) fica bem marcada neste famoso trecho, em que Ranke salienta a individualidade de formas culturais e sociais passadas e as toma como entes,

Cada época existe em relação imediata para com Deus e seu valor não repousa sobre o que dela decorre, mas em sua própria existência, em seu próprio ser. Destarte a consideração da história, ou seja, da vida individual na história, um impulso específico, na medida em que cada época deve ser vista como algo válido em si e altamente digno de consideração (RANKE Apud MARTINS, 2002:15,16).

Conforme a consideração rankeana, o passado não apenas foi: ele é. As épocas são essencializadas, colocadas em relação direta com Deus e dispostas empiricamente, sob a forma de documentos. O historiador não constrói ‘um’ passado. Ele desvela ‘o’ passado. Essa perspectiva será contestada de forma contundente somente com o surgimento da Revista do *Annales* em 1929 e a *Nouvelle Histoire*.

O ceticismo, extremo oposto do dogmatismo, contesta radicalmente a capacidade de apreensão do objeto pelo sujeito. Enquanto o dogmatismo, de certo modo, desconsidera o sujeito, o ceticismo não enxerga o objeto. Seu olhar, um

psicologismo extremista, une-se de modo tão unilateral ao sujeito e à função cognoscente que desconhece por completo a referência ao objeto. Observa que todo conhecimento é condicionado por peculiaridades do sujeito e de seus órgãos do conhecimento, bem como por circunstâncias externas. “Duvida da capacidade efetiva de se produzir um conhecimento verdadeiro e ignora o caráter relacional do processo de construção da realidade” (a imagem, no sujeito, do objeto) (HESSEN, 2000: 32).

Na ciência, a forma mais latente de ceticismo é recente, remetendo à provocação de Paul Feyerabend e seu anarquismo metodológico à comunidade científica. Seu ceticismo, entretanto, vem sob a máscara do relativismo, em uma atitude pluralista de ruptura com o raciocínio crítico e o indutivismo positivista. O autor chegou a afirmar que “só há um princípio que pode ser defendido em todas as circunstâncias e em todos os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio: tudo vale.” (FEYERABEND, 1989: 34). Na filosofia, a corrente é fundada por Pirro de Elis e encontrada em Arcesilau e Carnédeas, passando pelo ceticismo ético de Montaigne, o ceticismo metafísico de Hume e o ceticismo metódico de Descartes. (HESSEN, 2000, pág. 33). Na história, o ceticismo é bem marcado pelo posicionamento de Roland Barthes e, até certo ponto, Hayden White, que afirma ser a História uma forma de ficção, tal como o romance é uma forma de representação histórica (WHITE Apud PESAVENTO, 2003: 34).

Barthes, White e o Ceticismo no Debate Historiográfico

Ao se questionar sobre a singularidade do ato de pensar historicamente e as características delimitadoras de um método especificamente histórico de investigação, Hayden White percebeu o uso de elementos literários na construção das narrativas clássicas na historiografia do século XIX. No famoso prefácio de seu *Meta-História*, indica que,

Ao contrário de outros analistas da escrita histórica, não suponho que a subestrutura “meta-histórica” do trabalho histórico consista nos conceitos teóricos explicitamente utilizados pelo historiador para dar a suas narrativas o aspecto de uma explicação. Acredito que tais conceitos compreendem o nível manifesto do trabalho, visto que aparecem na superfície do texto e

podem comumente ser identificados com relativa facilidade (WHITE, 1992:12).

Fazendo isso, White chamou a atenção para a feitura do texto, relegando os conceitos ao que chamou de ‘nível manifesto’ ou o conteúdo. Assim, transcendeu as discussões acerca dos temas e campos da história e buscou alicerçar as bases e estratégias discursivas em que desliza a argumentação propriamente histórica. Para isso, criou um extenso léxico de modos e estratégias argumentativas em que os historiadores se baseiam – conscientemente ou não – para produzir verdades históricas, como se pode notar no seguinte trecho em que afirma:

Distingo três tipos de estratégias que podem ser usadas pelos historiadores para alcançar diferentes tipos de impressão explicativa. Chamo, a essas estratégias, explicação por argumentação formal, explicação por elaboração de enredo e explicação por implicação ideológica. Dentro de cada uma dessas diferentes estratégias identifico quatro possíveis modos de articulação pelos quais o historiador alcança uma impressão explicativa de tipo específico. Para os argumentos, há os modos do formismo, do organicismo, do mecanicismo e do contextualismo; para as elaborações de enredo há os arquétipos da estória romanescas, da comédia, da tragédia e da sátira; e para implicação ideológica há as táticas do anarquismo, do conservantismo, do radicalismo e do liberalismo. Uma combinação específica de modos constitui o que chamo de ‘estilo’ historiográfico de determinado historiador (Ibid.: 12).

White afirmou, a partir de uma tipologia tomada da teoria literária de Northrop Frye, o uso de elementos próprios à prosa ficcional em um formalismo intrincado, em que o historiador elabora previamente um enredo sob determinado modo literário, ao qual são aplicadas estratégias determinadas de argumentação a partir de uma dada implicação ideológica. White reforçava a idéia – já apresentada por Veyne e Foucault – do caráter fictício das reconstruções históricas, contestando seu caráter científico. O historiador, no ato de narrar, apresentaria eventos tidos como verdades sobre o passado em uma lógica coesa e linear, utilizando toda a sua capacidade de convencimento para encadear eventos, construindo entre eles uma lógica de causalidade que somente se sustenta no interior da narrativa, ruindo quando submetida aos critérios de falseamento exigidos para que determinada verdade alcance o ‘status’ de ciência.

Para o historiador estadunidense, a inadequabilidade entre história e ciência também pode ser percebida através dos estilos retóricos utilizados pelos historiadores

por ele analisados (Michelet, Tocqueville, Ranke e Burkhardt), a que o autor denominou *tropos*. Assim, o discurso historiográfico é percebido não como um construto que remete o leitor a determinado objeto – o passado – resgatado pelo historiador por meio de procedimentos experimentais e argumentos hipotético-dedutivos. Os historiadores ocultam outras mensagens por trás das narrativas que querem comunicar, tomando o passado histórico não como o objeto do trabalho, mas como um veículo que media a verdadeira mensagem do trabalho histórico (MANNING apud SUTERMEISTER, 2009). Esse escamoteamento acaba por provocar um distanciamento entre o pesquisador e o objeto ideal de sua análise, que é o tempo pretérito, transformando-o em símbolo mutante, que se adéqua conforme o *tropos* utilizado pelo narrador: metáfora, sinédoque, metonímia e ironia.

Em White, o *tropos* é o primeiro momento de ação criativa de um autor e, portanto, é nele em que a atividade historiográfica se faz como poética (ou seja, como força criadora). O *tropos* da metáfora, por ser representacional, sancionando a prefiguração do mundo da experiência como uma relação entre dois objetos, resultaria provavelmente em um modo de representação formista, o que tenderia para um enredo romanesco, a exemplo de Michelet. A metonímia, por sua vez, em função de sua ação redutiva, seria afim a um modo de argumentação mecanicista, retendo-se nas relações que são estabelecidas entre as partes de um todo. Nesse tipo de opção tropológica, prevalece a elaboração do enredo como tragédia, o que pode ser constatado nas obras de Tocqueville e Marx. A sinédoque é integrativa, criando uma relação entre o objeto e o todo, relacionando-se, desta forma, com organicismo, o que abre brechas para a elaboração do enredo como comédia. Esse estilo retórico marca as obras de Ranke e Hegel, de acordo com o autor (WHITE, 1992: 50-55).

Nas páginas do ‘Meta-história’, torna-se clara a predileção do autor pelo *tropos* da ironia em relação aos demais estilos retóricos. Embora White tenha construído seu texto com um perceptível esforço para dar-lhe aparência de imparcialidade, saltam aos olhos os trechos em que elege o modo irônico como “radicalmente autocrítico”, percebendo nele a materialização de uma postura cética em relação à linguagem. Os autores que optaram pelo estilo retórico irônico, a exemplo de Burkhardt e Croce, reconheceram, para White, a natureza problemática da linguagem como mediadora entre o historiador-pesquisador e o passado que busca desvelar e narrar (VARGAS, 1996).

O uso da ironia como estilo retórico, nessa perspectiva, seria resultado de um processo de amadurecimento que parte de uma atitude ingênua em relação ao trabalho do historiador, típica do estilo metafórico, cruzando todo o século XIX em uma crescente que desemboca no ceticismo epistemológico das últimas décadas daquele século. Essa conclusão do autor revela com bastante clareza a forma como pensou o estatuto da História; afinal, se o amadurecimento da disciplina ao longo de um período de mais de cem anos somente se deu por meio de uma mudança de caráter tropológico, a história só pode estar encarcerada à narrativa e, como tal, jamais poderá almejar um lugar entre as ciências. Tal postura foi posteriormente ponderada com notável erudição por Paul Ricoeur.

O ceticismo histórico de Barthes, sintetizado em seu clássico ensaio denominado “O Discurso da História” (embora esteja disperso em toda a sua obra), se alicerça sobre argumentos distintos dos de White, embora as conclusões de ambos sejam afins. O linguista francês reconheceu uma diferença bem marcada entre História e Literatura, observando o compromisso do discurso histórico com a verdade, distinguindo-o do discurso literário justamente por essa levar em conta apenas a verossimilhança. Assim, enquanto o historiador somente pode narrar aquilo que é verdadeiro, ou seja, o que vem marcado como ‘acontecimento’, a literatura abre-se para o infinito universo do ‘poderia ter sido’. O problema, para Barthes, reside no fato de que o compromisso de verdade do historiador não se desdobra em uma narrativa verdadeira, mas sim em uma narrativa que, utilizando determinadas estratégias sintagmáticas e retóricas, faz-se passar por verdadeira.

Partindo da análise dos *shifters* presentes na enunciação, as características dinâmicas e estruturais do enunciado e a relação dos historiadores clássicos (Heródoto, Maquiavel, Bossuet, Michelet) com o processo de significação dos referentes, o linguista conclui que,

O fato não tem mais do que uma existência lingüística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o real (BARTHES, 2004: 177).

Com essa afirmação, Barthes se contrapõe de forma incisiva ao historicismo crítico do século XIX, ao demarcar a história dentro de uma existência lingüística que erige ficcionalmente o passado, mas que é transmitida como se fosse uma cópia pura e simples do pretérito. Assim, a crença da escola rankeana no resgate de um outro tempo seria um devaneio, corroborado por estratégias de supressão do sujeito na enunciação para que o objeto seja destacado (mito da objetividade). Dentro desse engodo, segundo Barthes (2004), a utilização de uma linguagem impessoal e objetiva vem velada sob a pretensão de distanciar-se da narrativa ficcional, o que oculta uma operação que busca enunciar o objeto narrado como algo que possui uma imanência que ultrapassa a narrativa que o constrói.

Para o semiólogo francês, o discurso histórico supõe uma dupla relação bastante problemática. Em um primeiro momento, o referente é destacado do discurso. Em um segundo momento, é o próprio significado que é rechaçado, aglutinado ao referente. O referente entra em relação direta com o significante, sem a mediação do significado. Como em todo discurso de pretensão realista, portanto, o da história acredita conhecer apenas um esquema semântico de dois termos, o referente e o significante, relacionando o significado ‘como o próprio referente’. O real nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que podemos chamar de ‘efeito do real’ (Ibid.: 178).

O simulacro da realidade que é a narrativa do historiador endossa essa indiferenciação entre referente e significado, legitimando a ilusão de o que é mostrado não ‘representar’ algo, mas sê-lo de fato. O historiador, através de sua narrativa, apresentaria um construto altamente subjetivo como um objeto que detém imanência própria. Nas palavras do linguista,

“A eliminação do significado para fora do discurso objetivo, deixando confrontar-se aparentemente o real com sua expressão, não deixa de produzir um novo sentido, tanto é verdade, uma vez mais, que, num sistema, toda carência de elemento é ela própria significante. Esse novo sentido é o próprio real, transformado subrepticamente em significado vergonhoso: o discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente que algo ‘aconteceu’, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narração histórica” (Ibid.: 178).

O leitor começa a decodificação da estrutura em uma linha que vai do ‘não sei nada’ ao ‘agora sei tudo’ ao percorrer a obra. Na manipulação do que se comunica ao leitor, através do que Barthes (2004) denomina no discurso histórico de ‘*shifters* de organização’ – elementos declarados pelos quais o historiador organiza o discurso - a subjetividade do narrador também aumenta, pois este acaba por trair-se, assumindo a autoria de uma realidade que deveria passar-se como uma sucessão de fatos autônoma, independente da intervenção autoral do historiador (em casos como “como dissemos acima” ou “este elemento será explicado posteriormente”).

Através dos *shifters* de organização, nasce o atrito entre dois tempos - o tempo da enunciação e o tempo da matéria enunciada. Isso gera três importantes fatos do discurso. Primeiro, a questão da aceleração da história. Um mesmo número de páginas comporta recortes temporais variados, conforme o enfoque do historiador. Há uma tendência de que, quanto mais nos aproximamos do tempo do historiador, mais lentamente caminha a história (NORA, 1993). Poderíamos chamar este fenômeno narrativo de heterocronia do discurso histórico.

Em segundo lugar, temos a questão da história em ziguezague ou denteada. O discurso da história se aprofunda no tempo, acoplado em uma narrativa linear que serve como base a diversas histórias menores (BARTHES, 2004), conforme aponta a denominação aristotélica do encaixe para definir as formas de organização da ação na narração (ARISTÓTELES, 1998).

O terceiro fato se refere às inaugurações do discurso histórico. Ao anunciar seu discurso, o historiador complica o tempo crônico a que se refere, confrontando-o com o tempo da enunciação ou tempo-papel. Essa descronologização não tem tanto a função de exprimir a subjetividade do autor (que, como afirmamos, é reiteradamente negada), mas principalmente de anunciar a função preditiva do pesquisador: é justamente por saber que algo ainda não foi que ele duplica o escoamento crônico da fala ao chamar a atenção para o tempo da matéria anunciada (BARTHES, 2004).

Desse modo, Barthes parte de uma distinção bem marcada entre a história como narrativa do verdadeiro e literatura como narrativa do verossímil para, a seguir, diluir a barreira entre os dois, argumentando que a verdade histórica se dá não pela correspondência entre a narrativa sobre o pretérito e os eventos a que ela se refere, mas

pelo uso de um conjunto de elementos semânticos, os *shifters*, que dão ao verossímil a aparência de verdadeiro.

As Sínteses Criticistas na Historiografia: Ricoeur e Certeau

Assim como o dogmatismo é imaturo, não percebendo o sujeito e a consciência como filtros na apreensão do objeto, o ceticismo é autodestrutivo, pois a afirmação de que nenhuma forma absoluta de conhecimento é possível é uma inferência de verdade. Entretanto, se o ceticismo afirma que a constatação de nenhuma verdade é possível, se anula em uma argumentação lógica falha (falácia). Este argumento permanece mesmo se tomarmos variações menos radicais do ceticismo, como o subjetivismo (a verdade tem validade subjetiva), o relativismo (a verdade tem validade consensual) e o pragmatismo (a verdade tem validade prática).

Essa lacuna na busca de uma explicação que consiga responder satisfatoriamente as questões que dizem respeito à ‘relação’ entre sujeito e objeto (e não somente da determinação unilateral do sujeito sobre o objeto ou do objeto sobre o sujeito) dá origem ao criticismo, com Kant. Ele compartilha com o dogmatismo uma confiança axiomática na razão humana, convencido de que o conhecimento é possível e a verdade existe, atentando também para uma desconfiança com relação a qualquer conhecimento determinado. Põe à prova toda afirmação da razão humana e não aceita nada de forma inconsciente. (HESSEN, 2000). Para Kant, o criticismo é ‘aquele método da atividade de filosofar que investiga tanto a fonte de suas afirmações e objeções quanto os fundamentos sobre os quais repousam; um método que nos dá a esperança de atingir a certeza’’. (KANT Apud HESSEN, 2000: 43)

Na ciência, o criticismo se encontra destacadamente na epistemologia de Popper, acompanhado por seu célebre comentador, Thomas Kuhn. Sendo Popper também um filósofo da ciência, é sensato abarcá-lo na filosofia criticista junto a Platão, Aristóteles, Locke, Descartes e, evidentemente, Kant. Na história, a linha entre criticismo e dogmatismo se torna muito tênue, sendo muitas vezes difícil uma delimitação clara. Entretanto, em alguns teóricos esta linha se torna suficientemente visível: Paul Ricoeur e Michel de Certeau, particularmente.

Em Ricoeur (1994), o historiador seria capaz de representar o vivido pela linguagem, estabelecendo uma narração situada em um tempo que não é nem passado nem presente, apresentada como ‘o passado’ em uma articulação narrativa do ocorrido que é estabelecida consensualmente como ‘o ocorrido’. Para o autor, a experiência humana do tempo somente adquire significado através da função narrativa, que traça as características da experiência temporal. Nessa perspectiva, a linguagem funcionaria não como ferramenta simbólica que torna as experiências individuais apreensíveis e cambiáveis, mas como elemento inerente à própria vivência. Para que essa ideia se tornasse suficientemente clara, Ricoeur se colocou no interstício entre Agostinho e Aristóteles, relacionando o ‘tempo da alma’ agostiniano e a aceção aristotélica da experiência temporal como ligação lógica entre os elementos de uma intriga. Assim, o tempo “se torna humano ao ser organizado como uma narrativa, que extrai o seu sentido da possibilidade de retratar os aspectos da experiência temporal” (RICOEUR, 1994: 61).

Ricoeur, em sua obra, insiste na ideia de que a inteligibilidade histórica não pode excluir o vivido. É nesse ponto em que o hermeneuta insere a construção do discurso histórico como uma narrativa que funciona como um terceiro tempo, que não corresponde puramente nem ao tempo da alma, nem ao tempo do mundo (ou dos astros). A aceção agostiniana, cética em relação à aceção grega do tempo como uma decorrência do movimento dos astros, toma o tempo como um fenômeno subjetivo, que se passa na alma e não no mundo exterior, confrontando o passado como memória, o presente como visão e o futuro como expectativa. Assim, em Agostinho a experiência temporal tem uma dimensão eminentemente psicológica/individual (AGOSTINHO, 2005).

Em Aristóteles, por outro lado, a experiência temporal adquire sentido na medida em que a vivência é transformada em uma narrativa que toma a prática prefigurada (o viver) e a molda em uma intriga (a vivência refigurada e dotada de sentido pelo narrador), na qual a experiência é selecionada, organizada e apresentada em uma sequência lógica de eventos (RICOEUR, 1994: 169). É de Aristóteles, portanto, que Ricoeur retira a sua percepção da narrativa como prática que molda a experiência temporal e a dota de sentido. A partir daí, o hermeneuta defenderá a singularidade do tempo histórico, que é a um só tempo o tempo das experiências individuais que, em

conjunto, integram a trama e o tempo que os transcende, dotando de sentido a trajetória de diversas coletividades, em um processo nomeado pelo autor de ‘concordância discordante’.

A concordância discordante, conforme Ricoeur, é a tensão que se manifesta ao se aglutinar múltiplas temporalidades e vivências em uma narrativa que as integra, dando a elas um sentido comum, lançando para fora de seus limites as pontas soltas, as contradições insolúveis e as descontinuidades. A narrativa, já moldada como um ente coeso e estruturado, deve ser apresentada como um conjunto de relações necessárias entre vivências e experiências, relações estas que, em conjunto, devem produzir um sentido de totalidade. Esse todo necessário é apresentado com uma estrutura verossímil que almeja alcançar a verdade (BARROS, 2011: 14). A verdade é, então, negociada, já que o referente do discurso histórico sempre transcende a capacidade de apreensão do historiador por meio da utilização do método (afinal, o passado tal como foi, é inacessível). Assim, o discurso histórico faz as vezes do passado, substituindo-o. Nesse processo, a história adquire o duplo estatuto de realidade e ficção (RICOEUR, 1994: 25).

Ao destacar o vínculo necessário entre experiência histórica e narratividade, Ricoeur estabeleceu uma distinção bem marcada entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, que se dá pelo compromisso de verdade assumido pelo historiador e a sua intencionalidade direcionada para um referente real, definido como ‘o passado’. Dessa forma, o caráter eminentemente narrativo do discurso histórico não implica a exclusão da sua legitimidade como ‘verdade sobre o passado’.

A operação historiográfica pode ser inserida dentro do que Ricoeur denomina Círculo Hermenêutico. Este é entendido pelo autor como uma inter-relação cíclica e sempre renovada entre três *mimesis*: a prefiguração do campo prático, relacionada com o próprio Viver e as possibilidades interpretativas e narrativas que ele oferece; a configuração textual, ou seja, a figuração da prática, que é dotada de sentido no processo ao se transformar o ‘vivido’ em ‘narrado’; a refiguração do Viver narrado pelo receptor, que interpreta e compreende o texto conforme as suas próprias experiências, ressignificando-o e devolvendo-o ao campo da prefiguração como Viver (re)atualizado (BARROS, 2011:17).

Dentro desse processo, o historiador seleciona entre os vestígios do passado (rastros, documentos) aqueles que se integram adequadamente à narrativa que irá produzir. Ao produzi-la e divulgá-la para um público determinado, cria um campo de significados que serão assimilados e interpretados pelos receptores. Estes acrescentarão as novas informações à sua vivência, devolvendo-as ao mundo de alguma forma (ações, novas narrativas que têm as anteriores como referentes, diálogos), o que torna possível a renovação do ciclo e a atualização da história. Desse modo, o passado, por não poder prescindir do vivido, é sempre dinâmico e sempre novo – o que não exclui, porém, o seu estatuto de verdadeiro.

Michel de Certeau, por outro lado, enfoca a escrita da história como uma atividade singular, que transforma o passado em um ‘outro’ e, a partir desse distanciamento, exuma-o, tornando-o a um só tempo presente e familiar. Esse é o objeto de reflexão de Certeau em seu ensaio sobre a ‘Escrita da História’, publicado originalmente em 1975. Nesse trabalho, o jesuíta francês questiona a natureza daquilo que os historiadores produzem quando se propõem a transformar um objeto em história. A partir desse questionamento, o historiador francês distingue três elementos que compõem a prática historiográfica. O primeiro deles é o lugar social do historiador, ou seja, um lócus socialmente estabelecido reificado, consensualmente assimilado como um lugar do qual o que é produzido se traduz em verdade sobre o passado. A partir do momento em que um sujeito atua socialmente como historiador, tudo o que diz sobre o passado é consensualmente aceito pelo público não profissional como verdadeiro. Esse processo precede o método e a escrita, pois nele o estabelecimento da verdade deriva de um lugar de poder (CERTEAU, 2002: 63).

O segundo elemento sobre o qual Certeau se debruça são os procedimentos da pesquisa historiográfica ou o método. Para o jesuíta, a história é uma atividade necessariamente mediada pela técnica, transformando elementos ‘naturais’ em cultura e, com isso, artificializando a natureza. Por outro lado, ao tecnicizar o interstício entre natureza e cultura, o historiador também produz a relação oposta, ou seja, a naturalização das relações sociais (CERTEAU, 2002: 67). Nesse processo, o autor rechaça a noção prevalente de que o objeto da história é o tempo. Para ele, o objeto do historiador constitui-se de determinados objetos físicos e artefatos organizados em arquivos que, ao serem manipulados, são transformados em documentos. A partir desses

documentos, que surgem pela intencionalidade daquele que sobre eles se debruça, ao elegê-los como rastros de um outro que se situa no pretérito, o pesquisador-historiador constrói um passado que dependerá tanto dos arquivos como dos meios técnicos utilizados para transformar tais arquivos em uma narrativa, que então será consensualmente aceita como o ocorrido (o citado processo de artificialização da natureza ou naturalização da vida social).

O terceiro elemento se refere à escrita da história, percebida como um discurso de separação temporal e espacial, opondo passado e presente, a escritura e o social ao qual refere. Esta separação também opõe a verdade do discurso construído ao mito e a tradição. O gesto de dividir é sempre repetido. Assim, a cronologia do passado se compõe de períodos, entre os quais se indica sempre a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia sido até então (períodos de transição, como o Renascimento ou a Revolução Francesa). Cada tempo novo dá lugar a um discurso que considera morto aquilo que o precedeu, recebendo um passado já marcado pelas rupturas anteriores. O corte é o postulado da interpretação - que se constrói a partir do presente - e seu objeto, pois as divisões organizam as representações a serem estudadas (CERTEAU, 2002).

Essa construção de Certeau é particularmente esclarecedora, pois demonstra como o historiador voluntariamente cria as rupturas que opõe passado e presente e dá um sentido para este passado que foi recortado a partir do presente em que ele afirma se manter. Esta separação temporal também configura uma separação identitária, em que o passado se refere ao outro e o presente remete ao eu. Outra consequência que daí decorre é o estabelecimento de um *a posteriori*, um limite cronológico final que baliza o objeto e se coloca, no processo interpretativo, como o desenlace de um conjunto de fatores interdependentes. A respeito disso, vale destacar o seguinte trecho a respeito do ofício do historiador:

No passado do qual se distingue, ele faz uma triagem entre o que pode ser compreendido e o que deve ser esquecido para obter a representação de uma inteligibilidade presente. Porém, aquilo que esta nova compreensão do passado considera como não pertinente – dejetos criados pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação – apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: ‘resistências’, ‘sobrevivências’ ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um progresso ou de um sistema de interpretação (Ibid.: p. 16).

Assim, a prática historiográfica, que transforma, por meio da técnica, dados documentais em uma narrativa sobre o passado, cria um artefato que se mantém em um equilíbrio tênue, pois as pontas soltas, resistências e permanências daquilo que é ocultado ou ignorado tendem a aparecer, resistindo ao esforço ordenador que os manipula e esquadrinha e, com isso, revelando um passado dinâmico, sempre renovado, complexo e rico e que, por isso, sempre escapa a esforços totalizantes.

Foucault, o Discurso e o Estatuto da Verdade na História.

Encerrado o percurso da história em diálogo com suas “irmãs”, a filosofia e a ciência, façamos algumas considerações. A síntese criticista da história (tomemos, na velha dialética hegeliana, dogmatismo como tese e criticismo como antítese) não encerra o problema do conhecimento histórico. Tanto na história quanto nas outras duas formas de conhecimento, a identidade está relacionada não tanto ao grau de autoconsciência sobre a estrutura do discurso e sobre o nível de certeza do conhecimento produzido, mas à verdade. A filosofia produz verdades filosóficas, a ciência produz verdades científicas e a história, verdades históricas. Por mais que seja rechaçado por seu impressionismo, o texto de Humboldt continuará sendo legítima e merecidamente histórico. Por mais que mitifique os elementos interpretados, entregando as ações humanas à volição divina, Heródoto ainda é considerado um historiador. A verdade não é construída durante o discurso, mas tomada aprioristicamente. Devido a seu lugar social (um intelectual compromissado em desvelar e compreender o passado) e a integração do trabalho com as fontes, bem como a significação do pretérito em consonância com o seu presente, o historiador escreve investido de autoridade. Seja lá o que ele escrever dentro do papel social de historiador, será consensualmente aceito como verdadeiro. A este elemento, Foucault traz grandes contribuições:

A história não está fora do âmbito do poder (...) é produzida apenas em virtude de múltiplas formas de repressão. (...) Cada sociedade tem sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a

obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (1985: 12).

O problema da verdade, em Foucault, não se encerra nas coisas mesmas, mas está em outro plano, o do discurso. Esse é percebido pelo autor como um artífice do poder, que perpassa toda a sociedade e forma uma rede de construções sociais que se impõe sobre os sujeitos e os saberes. Os problemas fundamentais do pensamento foucaultiano foram levantados nas obras *As Palavras e As Coisas*, de 1966 e, posteriormente, *Arqueologia do Saber*, de 1969. Aí, o autor se debruçará sobre as regularidades, rupturas, mutações e permanências que evidenciam a formação dos discursos, bem como seus regimes de agrupamento e dispersão; interditos e elementos que permitem sua profusão (FOUCAULT, 2010).

Para o filósofo (é difícil adjetivar/enquadrar seu pensamento) francês, não há sentido em remeter à origem das coisas ao se debruçar sobre o pretérito, pois o discurso só pode ser compreendido no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2010: 28). Ao fazer isso, Foucault chamou a atenção para uma série de elementos mais ou menos interdependentes entre si e que arbitram as relações entre formações discursivas. O primeiro deles é o interdito, forma de poder subjacente aos discursos, mas que não é declaratória, e sim proibitiva.

É nas franjas desses interditos, proibições que inferem um regramento que estabelece os lugares e os momentos em que determinados discursos podem afirmar-se, que ocorre o embate e o enlace entre discurso e poder. Assim, hipoteticamente, se um físico renomado e um gari fizerem, simultaneamente, uma mesma afirmação sobre a Teoria das Cordas, a opinião do gari será silenciada, enquanto a do físico ecoará. Isso ocorre pois, em Foucault, a importância não está tanto no que é dito, mas no fato de que aquilo foi dito de 'algum lugar'. São esses lugares que definem a legitimidade de determinado discurso, bem como a permissão para reproduzi-lo.

Foucault toma com ressalvas a oposição entre verdadeiro e falso, notando a ruptura que ocorreu na Grécia entre os sofistas e os socráticos, ao deslocar a verdade do problema do ser e aglutiná-lo ao dizer: a verdade, antes amalgamada ao momento da enunciação, passa a ligar-se ao enunciado. O problema da verdade é desdobrado pelo francês, que assume a vontade de verdade como a grande questão a ser debatida. Isso ocorre, pois a vontade de verdade tem um certo poder de constrangimento, fazendo com

que suas forças não apenas balizem a busca do verdadeiro, mas também construam uma verdade que é herdeira da vontade. A importância desse problema avulta-se ao percebermos a fragilização dos dois outros na contemporaneidade, o que os faz ser atravessados pela vontade de verdade, que se reforça crescentemente. A verdade parece, nesse processo, adquirir imanência própria, descolar-se da vontade, o que apenas reforça mecanismos de correlação entre saber e poder. Separar a verdade do desejo e do poder é tornar-se cativo desse processo (FOUCAULT, 1990).

Esse problema central proposto por Foucault se desdobra em outros. Em primeiro lugar, a estruturação dos procedimentos internos nos quais os próprios discursos exercem seu controle. Assim, toma como elementos de estruturação interna dos discursos o comentário, o autor e a disciplina. O comentário é compreendido como uma espécie de artifício para a manutenção e perpetuação de uma formação discursiva, tomando como aporte o subtexto que se comenta. Nesse processo, torna-se também possível a atualização e reformulação do texto comentado, embora isso seja sempre exposto como um “já dito” (FOUCAULT, 1998).

O papel do autor cumpre função análoga, utilizando a figura autoral “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem das suas significações, como lastro da sua coerência” (FOUCAULT, 1998: 20). O autor passa a ser, portanto, uma figura ao redor da qual orbitam formações discursivas tomadas como um conjunto ordenado e coeso de ideias. A figura do autor busca dar lógica e linearidade a um conjunto de enunciados.

Por último, a disciplina. Esta se opõe tanto ao comentário quanto ao autor. Ao comentário porque, ao contrário da noção de identidade repetida ou sentido redescoberto que sempre pauta a atividade do comentador, a disciplina propõe instrumentos necessários para a construção de novos enunciados. Ao autor porque disciplinas se definem por um domínio de objetos, métodos e proposições, tomados sempre como autônomos aos sujeitos que as produzem. Se o autor como elemento agrupador do discurso se liga à esfera subjetiva, a disciplina se liga à esfera objetiva. Além dessa oposição, é importante também atentar para a historicidade do discurso que perpassa as disciplinas, varrendo para o outro lado de suas fronteiras “toda uma teratologia do saber” (Ibid.: 23). As disciplinas impõem austeras exigências para que uma proposição possa pertencer ao seu corpo. Aquelas que não cumprem essas

exigências são excluídas, permanecendo, entretanto, vivas, como ecos, quimeras e fantasmagorias que frequentemente ressurgem reminiscentes em determinadas proposições (FOUCAULT, 1998).

O autor também faz menção a outro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos, relacionado à rarefação dos sujeitos que têm acesso a eles. A ritualização e a tipificação de práticas discursivas, definindo e discriminando sujeitos, lugares, momentos e modos dentro dos quais ocorre a fala, organiza procedimentos de exclusão que formam ‘sociedades do discurso’, em que os significados passam a circular em um espaço fechado. Muitas vezes esse mecanismo de cerceamento assume a forma da doutrina, que “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e interdita-lhes, por conseguinte, todos os outros; [...] em contrapartida, serve-se de certos tipos de enunciação para ligar os indivíduos entre si” (Ibid.: 40). É o caso da exigência de graduação em determinada área para participar de congressos a ela afins, restringindo, assim, aquelas informações aos sujeitos que não se adequam àquela “sociedade do discurs”.

O discurso, assim, é assumido no pensamento foucaultiano como reflexo de uma verdade que sempre se reconstrói, sempre se move. A isso se sobrepõe o método do autor, que se baseia no princípio da inversão, isto é, a busca de uma visão em negativo de elementos que se manifestam a priori de forma positiva. Juntamente com o princípio da inversão, Foucault apresenta outros três: descontinuidade, especificidade e exterioridade. A descontinuidade alude às imperfeições e pontas soltas das construções discursivas que se tocam, às vezes se justapõem, se ignoram ou se entrecruzam. A especificidade refere-se à construção de sentido como uma violência sobre as coisas, como uma imposição que se dá pelos sujeitos sobre o mundo, e não pelo mundo sobre os sujeitos. A exterioridade aborda a realidade como algo construído pelos discursos, e não referenciado por eles. A análise do discurso não busca o desvelamento de uma realidade nuclear que é escondida pelas construções discursivas, mas a compreensão de um mundo que só tem sentido – e existência – enquanto linguagem.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Poética*. tradução de Eudoro de Sousa. Trad. Eudoro de Sousa. 5ª Ed. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.

AUERBACH, E. A Cicatriz de Ulisses. In: _____. *Mimesis: a representação da realidade na literatura Ocidental*. 4 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. de Mário Laranjeira. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é Cinema?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os Métodos da História*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Graal, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

FEYERABEND, Paul, *Contra o Método*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura de Almeida Sampaio. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HESSEN, Johanness. *Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mário Vilela, 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Estevão Rezende. Historicismo: Tese, Legado, Fragilidade. *História Revista*, Goiânia, v. 07, pp. 01-22, jan./ dez. 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RANKE, Leopold Von. O Conceito de História Universal. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *Teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

REINATO, Eduardo José. A Escola dos Annales e a “Nouvelle Histoire” . In> ALENCAR, Maria Amélia (org). *A História da História*. Goiânia: Ed. da UCG, 2002.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa - a tríplice mimese*. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1994.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

Recebido em 21 de Agosto 2013/
Aprovado em 16 de Novembro 2013.